

INFORMAMOS QUE ESTA É UMA PRIMEIRA VERSÃO DO TEXTO APROVADO PARA PUBLICAÇÃO. ESTE ARTIGO AINDA PASSARÁ PELA FASE DE REVISÃO E DIAGRAMAÇÃO.

ID: 2680

DOI: <https://doi.org/10.30962/ec.2680>

Recebido em: 11/08/2022

Aceito em: 14/03/2023

“Dar fé” à catástrofe cotidiana: a multidimensionalidade dos acontecimentos

Bruno Souza Leal

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

Daniel Macêdo

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

Resumo

Neste artigo, discutimos o caráter cotidiano e relacional da catástrofe, o que faz com que o termo extrapole sua associação com os acontecimentos pontuais. Para isso, tomamos como referência uma realidade social particular que, sendo singular e delimitada geograficamente, um lixão em Iguatu/Ceará, encontra semelhanças e adversidades com diversas outras existentes em diferentes cidades brasileiras e mesmo em distintos países. Com ela, observamos que as catástrofes são circunscritas às territorialidades e aos modos de ver e de se relacionar como lugar, de modo que ela se faz em situações sociais específicas, com as quais é possível conviver cotidianamente.

Palavras-chave

Catástrofe. Acontecimento. Espacialidades. Temporalidades.

“Giving faith” to everyday catastrophe: the multidimensionality of events

Abstract

In this article, we discuss the everyday and relational character of catastrophe, which makes the term extrapolate its association with specific events. For this, we take as reference a particular social reality that, being singular and geographically delimited, a garbage dump in Iguatu/Ceará, finds similarities and adversities with several others existing in different Brazilian cities and even in different countries. With it, we observe that disasters are circumscribed to territorialities and to the ways of seeing and relating to the place, so that it takes place in specific social situations, which it is possible to live with on a daily basis.

Keywords

Catastrophe. Event. Spacialities. Temporalities.

“Dar fe” a la catástrofe cotidiana: la multidimensionalidad de los acontecimientos

Resumen

En este artículo, discutimos el carácter cotidiano y relacional de la catástrofe, lo que hace que el término extrapole su asociación con eventos específicos. Para eso, tomamos como referencia una realidad social particular que, siendo única y delimitada geográficamente, un basurero en Iguatu/Ceará, encuentra similitudes y adversidades con varios otros existentes en diferentes ciudades brasileñas y incluso en diferentes países. Con ella, observamos que las catástrofes se circunscriben a territorialidades y formas de mirar y de relacionarse con un lugar, una vez que se produce en situaciones sociales concretas, con las cual es posible convivir en el día a día.

Palabras clave.

Catástrofe. Acontecimiento. Espacialidades. Temporalidades.

Introdução

Quando se fala em catástrofe, em geral vem à mente ou um acontecimento de grande magnitude, como um tsunami, um terremoto, uma enchente, um grande incêndio, uma explosão, um espetacular ou gigantesco ataque a alvos civis; ou eventos que têm alguma regularidade do cotidiano social, mas que afetam de maneira incontornável as pessoas diretamente envolvidas nele, como é o caso de acidentes diversos, inclusive os de trânsito. Em ambos os casos, a catástrofe é vista como um evento inesperado – ao menos para um conjunto de indivíduos – que transforma, de modo indelével, a vida das pessoas. É também um acontecimento pontual, demarcável cronologicamente e que representa uma espécie de “momento de virada”. Após uma catástrofe, as coisas jamais voltarão a ser como eram antigamente. A associação cotidiana entre “catástrofe” e “desastre”, também presente nos dicionários de língua portuguesa, expõe então a nossa vulnerabilidade diante de situações que fogem ao controle humano e ao habitual.

Nesse sentido, a catástrofe faz ver outras dimensões do mundo humano com as quais estamos conectados, como os tempos cósmicos e planetário, a tragédia, o acaso e, quem sabe, até mesmo o destino. Desorganizando um modo de vida cotidiano, a catástrofe, como um desastre, interroga o futuro: “que será de nós depois desse acontecimento?”. Traz consigo, portanto, um desafio imaginativo para encontrar outros caminhos, outros hábitos depois de “tudo que aconteceu”. Vista dessa forma, a catástrofe se apresenta imperativa e singular: é um acontecimento único e que se impõe no cotidiano, que busca ser narrado e compreendido, num processo no qual atuam diferentes agentes sociais, inclusive os midiáticos – que, aliás, dedicam tempo e trabalho a alguns acontecimentos vistos como catastróficos e/ou trágicos.

No entanto, os estudos sobre catástrofe, especialmente a partir da segunda metade do século XX, indicam uma mudança significativa na associação com um acontecimento singular e demarcável. Enquanto uma parte dessa literatura tem como referência eventos históricos, como a Segunda Guerra Mundial (como SELIGMANN-SILVA; NESTROVSKI, 2000; ROUSSO, 2016), conflitos armados, calamidades ou atentados (SONTAG, 2003), alguns estudos desenvolvem visadas históricas mais abrangentes ou mesmo cenários contemporâneos nos quais se reflete sobre o impacto negativo de ações humanas no planeta, mudanças climáticas e/ou crises humanitárias (DUPUY, 2011; DOLE; HAYASHI; POE; SARAT, 2015; HORN, 2018; EBERT, 2012; GUMPERT, 2012; LE BRUN, 2016, entre outros). Com isso, tal como observado nos trabalhos coligidos por Maia, Bertol, Valle e Manna (2020),

“catástrofe” se torna um recurso heurístico, muitas vezes associada à “crise”, cujas conexões com os acontecimentos se tornam mais complexas (LEAL; GOMES, 2020; MANNA; LAGE, 2019, entre outros).

Neste artigo, gostaríamos de chamar a atenção, por um lado, para o caráter cotidiano e relacional da catástrofe, o que faz com que o termo extrapole ainda mais sua associação com os acontecimentos pontuais. Por outro, refletimos também sobre os aspectos espaciais da catástrofe. Se, como vimos, as relações temporais da catástrofe são mais visíveis, mesmo no cotidiano, não se pode desconsiderar que ela ocorre no espaço, que ela se dá em algum lugar, adquirindo contornos, matizes e especificidades em função dessa sua localização. Nessa perspectiva, a catástrofe pode ser vista para além de eventos circunscritos e também associada a situações sociais específicas perpassadas por espacialidades e temporalidades múltiplas e até mesmo contraditórias, com as quais é possível conviver cotidianamente.

No desenvolvimento da reflexão, tomamos como referência uma realidade social particular que, sendo singular e delimitada geograficamente, encontra semelhanças com diversas outras existentes em diferentes cidades brasileiras e mesmo em distintos países. Em Iguatu, no interior do Ceará, no bairro da Chapadinha, existe um lixão a céu aberto que configura a paisagem dessa região da cidade e a vida de diferentes pessoas. Para algumas delas, o lixão é a imagem da pobreza e do desalento, sendo a inscrição de uma catástrofe humana e ambiental no cotidiano. Para outras pessoas, porém, o lixão está longe de ser “catastrófico”, pois é uma fonte de renda e a condição única de sobrevivência; é, portanto, a possibilidade de resistência, do sonho e da esperança, em meio à desigualdade social e à má distribuição de riqueza e oportunidades entre os moradores de Iguatu.

Lixões, coletas e urubus

Iguatu é um polo econômico regional no sul do Ceará. A cidade tem, nas ruas e nas praças, alguns signos da modernidade idealizada e incorporada à sua paisagem desde os anos 1920, como as universidades, os distritos industriais, a produção agrícola para exportação e a ponte férrea inglesa, que conectava aquele território sertanejo ao alvoroço de Fortaleza por linha de trem. Iguatu está localizada a 384 km de Fortaleza, a 109 km da tríplice divisa com o Rio Grande do Norte e com a Paraíba, a 172 km da divisa com o Piauí e a 174 km da divisa da cidade de Juazeiro do Norte com Exu, em Pernambuco. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021) estima, a partir de projeção para 2021, que Iguatu possui uma

população de 103.633 habitantes e obtém 0,677 na escala do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. Segundo os dados do perfilamento da cidade, o Instituto confere que a renda média mensal é de 1,6 salários mínimos. Aponta, com dados de 2019, que apenas 15.064 pessoas estão ocupadas em trabalhos formais na cidade, que possui um PIB per capita de R\$16.562,40, ocupando a 22ª posição no ranking do Ceará e sendo o maior indicador da região centro-sul do Estado.

Dentre as marcas menos atraentes do ponto de vista dos ideais de ordem e de progresso, do crescimento desenfreado e da política de convivência com o bioma está o Lixão. O Lixão fica localizado no bairro Chapadinha, distante 7 km do centro urbano de Iguatu e localizado às margens da BR 404, que conecta a cidade ao distrito de José de Alencar e ao município de Icó. Foi criado em 1990 durante a gestão municipal do médico Hildernando José Moreira Bezerra, eleito em 1989. Segundo o jornalista Honório Barbosa (2020) em publicação no Diário do Nordeste, o Lixão recebe 60 toneladas de resíduos sólidos todos os dias. Muito do que está na Chapadinha vem da própria Prefeitura Municipal, através do serviço de coleta de lixo da cidade. Essa não é a única origem dos vários resíduos e materiais que ali estão. Empresas da região, como frigoríficos, usam o Lixão para despejo de carnes e outros produtos vencidos, muitos deles recolhidos pelas catadoras. Não é incomum, também, o lugar ser usado por criminosos, inclusive para descarte de corpos humanos.

A Chapadinha é a última vista panorâmica do centro antes de adentrar ou sair da Iguatu pela rodovia federal. Ela é um ponto de passagem para os viajantes, para os caminhões que transitam descarregando entulhos. Há, contudo, quem fique: pessoas que ali trabalham e que moram no entorno; barracos onde famílias armazenam artefatos; cães e gatos correndo em meio à lama, garças e urubus descerrando céus. Reunindo famílias pobres, tornou-se um aglomerado urbano com condições precárias de moradia, com uma população integrada às dinâmicas socioeconômicas da coleta de artefatos em meio aos entulhos. A maior parte das pessoas que trabalham e que vivem do Lixão, em Iguatu, são mulheres, muitas delas negras. Há também crianças, que acompanham e auxiliam suas mães na recolha de materiais para reciclagem. Nenhuma delas trabalha com quaisquer equipamentos de proteção, dividindo o espaço do Lixão com os urubus e outros animais. As moradoras e as trabalhadoras que ali residem se articulam em agremiação comunitária chamada de Associação de Catadoras de Materiais Recicláveis de Iguatu – AsCMaRI, legalizada em 2007, e que busca agendar politicamente as demandas daquelas que veem e vivem a cidade desse lugar.

Imagem 1: Iguatu visto da Chapadinha



Fonte: Daniel Macêdo, 2021.

Do Lixão, é possível ver o leito seco do Rio Jaguaribe e recordar que o nome do município significava ‘água boa’ para os indígenas Kixelôs que ali habitavam e que foram dizimados no processo de colonização. Sendo parte da cidade e ao mesmo tempo estando fora dela, o Lixão, em suas contradições, abriga modos de ser e de estar cotidianos para quem mora e/ou trabalha ali. No Lixão da Chapadinha, expressões como “dançar com urubus” configuram o movimento cotidiano de pessoas e dos animais em busca da sobrevivência a partir dos restos ali presentes. Lá, é preciso “dar fé”, uma expressão usual em Iguatu e que significa notar, perceber, dar atenção a algo como uma habilidade fundamental para quem sobrevive de identificar, em meio ao lixo, o que não é ou pode deixar de ser resíduo, resto, descartável.

Imagem 2: A dança entre humanos e urubus



Fonte: Daniel Macêdo, 2021.

De acordo com a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Florestal (ABES, 2017), existiam no país, em 2017, aproximadamente 3 mil lixões que afetavam a vida de cerca de 77 milhões de pessoas. A Lei Federal 12.305 de 02 de agosto de 2010 estabeleceu a Política Nacional de Resíduos Sólidos e, com ela, determinou o fim dos lixões no país até 2014 – o que efetivamente não aconteceu. Em setembro de 2021, a Associação Brasileira de Empresas de Tratamento de Resíduos Sólidos e Efluentes (ABETRE, 2021) notificou a continuidade de 2.612 lixões no Brasil. Com alta concentração em cidades do Nordeste (1.426), os lixões são responsáveis, entre outras consequências naturais, pela emissão de mais de 27 milhões de toneladas de CO₂ na atmosfera. Considerado um desastre ambiental, um lixão é tido também como uma “solução” equivocada para o problema dos resíduos, em contraposição aos aterros sanitários. Anualmente, são produzidas cerca de 2 bilhões de toneladas de lixo no mundo e o Brasil é seu quarto maior produtor com 80 milhões de toneladas/ano – atrás dos Estados Unidos, da China e da Índia. Segundo o Relatório Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil publicado pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE, 2020), cada brasileira/o gera quase 1 kg de lixo por dia. Desse total, menos de 2% são reciclados.

Um dos lixões mais famosos do país foi o do Jardim Gramacho, no Rio de Janeiro, oficialmente fechado em 2012. Considerado o maior da América Latina, o lixão do Jardim Gramacho foi ambiência na novela “Avenida Brasil” e ainda se fez presente em uma outra

produção global, “Passione”, cujo clipe de abertura trazia obras do artista plástico Vik Muniz feitas com material recolhido de lá. Muniz, aliás, desenvolveu, entre 2007 e 2008, um projeto no Jardim Gramacho que gerou as obras presentes no clipe da novela e também o documentário “Lixo Extraordinário”, que trazia imagens, histórias e depoimentos de algumas das pessoas que trabalhavam e viviam desse lixão. Em Iguatu, no Ceará, como dito, não é diferente: há diferentes pessoas que vivem do Lixão do bairro Chapadinha.

Qual Catástrofe?

Ao longo dos anos 2010 e mesmo no começo dos 2020, uma série de reflexões, de diferentes matizes teóricas, chamaram a atenção para as consequências ambientais e planetárias da contínua expansão capitalista e os modos de vida por ela cultivados. Bruno Latour (2020), por exemplo, lembra que na Cúpula do Clima de 2015, em Paris, chegou-se a uma conclusão “aterradora”. Para o antropólogo francês, o que a conferência trouxe de assustador não foram as decisões – ou as indecisões – tomadas por países e governantes ali presentes. Foi algo mais simples e mais cabal: segundo ele, deram-se conta, naquela ocasião, “[...] horrorizados, de que se todos avançassem conforme as previsões de seus respectivos planos de modernização, não existiria planeta compatível com suas expectativas de desenvolvimento. Iriam precisar de vários planetas, e eles só têm um.” (LATOUR, 2020, p. 11).

Não se trata, nesse caso, tal como já havia observado Stengers (2015), do fim do sonho de que a Terra seria apenas uma casa provisória para a humanidade, destinada, “corajosamente indo aonde ninguém jamais esteve”, a colonizar o cosmos. Esse devaneio que se fez muito presente ao longo do século XX em ações estratégicas das chamadas “grandes potências” e presente em um expressivo número de obras ficcionais, aliás, se converteu com o passar dos anos em tema de narrativas distópicas, que frequentemente tematizam catástrofes climáticas, tecnológicas e /ou ambientais (VIVEIROS DE CASTRO; DANOWSKI, 2015; LEAL; BORGES; TOGNOLO, 2019; HORN, 2018, entre vários outros). Há de se observar, nesse sentido, que em muitas dessas narrativas – e mesmo em paródias como no filme da Netflix “Não olhe para cima”, de 2021 – as possibilidades de sobrevivência à morte do planeta não são para todas/os: apenas algumas/ns serão eleitas/os ou terão capacidade para seguir adiante após a catástrofe.

Aterrados ao planeta, os governantes nacionais depararam-se então, segundo Latour (2020, p. 12), com a constatação de que “[...] não há planeta, terra, solo, território onde alojar o Globo da globalização em direção ao qual todos os países se dirigiam, então ninguém mais possui, como se costuma dizer, uma terra para chamar de sua”. E mais: que alguns dos mais poderosos agentes da globalização não só já se deram conta desse fato como estão, conservadoramente, cuidando para preservar-se a si mesmos às expensas dos demais, seja erguendo muros, fechando fronteiras ou atualizando políticas de inimizade – para usar a expressão cunhada por Mbembe (2020).

Tais diagnósticos ecoam e aprofundam alguns outros que, feitos em anos anteriores, apontavam as implicações desastrosas do desenvolvimento tal como proposto pela globalização. Esse foi o tema de uma das últimas publicações de Milton Santos (2001) que, ao caracterizar a globalização como “perversa” na medida em que a toma como a face contemporânea e mundializada do capitalismo, buscava descortinar uma outra possibilidade de ocupação do planeta. Para Santos (2001), a perversidade da globalização diz respeito tanto às suas falsas promessas quanto às suas características hegemônicas, de caráter totalizante e excludente. Ao mesmo tempo em que há fabricação de riqueza, de tecnologia e de velocidade, diz Santos (2001), o sistema econômico globalizado produz também desigualdade, desemprego crônico e piora da qualidade de vida. Para Santos (2011, p. 24), a globalização produz, invasora e verticalmente, homogeneização em escala transnacional, através da “unicidade da técnica, a convergência dos momentos, a cognoscibilidade do planeta e a existência de um motor único na história, do mundo [...]”. Além disso, esse modelo econômico e social também opera pela fragmentação dos espaços e dos processos de produção. Assim, por exemplo, ao mesmo tempo que um modelo de tênis pode ser encontrado em lojas físicas e virtuais de diferentes lugares do mundo, seu processo produtivo se distribui por cidades e países diversos – inclusive em Iguatu, CE – fragmentando os lugares onde se inscreve pela incrustação de dinâmicas sociais e identitárias à revelia das características do meio e das consequências de sua presença.

Entre as características da globalização identificadas por Milton Santos, chama a atenção o que ele denomina de “convergência de momentos” ou de “unicidade do tempo”. Novamente, depara-se com uma ação invasora e vertical. Diz Santos:

Há uma confluência dos momentos como resposta àquilo que, do ponto de vista da física, chama-se de tempo real e, do ponto de vista histórico, será chamado de *interdependência e solidariedade do acontecer*. Tomada como fenômeno físico, a percepção do tempo real não só quer dizer que a hora dos relógios é a mesma, mas

que podemos usar esses relógios múltiplos de maneira uniforme. (...) O tempo real também autoriza usar o mesmo momento a partir de múltiplos lugares; e todos os lugares a partir de um só deles. E, em ambos os casos, de forma concatenada e eficaz. (SANTOS, 2001, p. 28, grifo nosso).

A noção de “tempo real”, aqui, adquire um outro cariz pois diz respeito ao estabelecimento de um parâmetro comum que faz convergir momentos, relógios e acontecimentos, independentemente de onde quer se esteja. Esse “tempo real” é convergente, porém, não inclui todas/os do planeta; afinal, há quem tenha “privilégio de uso” da unicidade temporal, da velocidade e da fluidez a ele associados. Constitui-se então, segundo Santos, uma das fábulas da globalização, que envolve a junção e planificação de tempos e espaços: estaríamos todos vivendo num *mesmo* tempo, num *mesmo* espaço e toda a diversidade cultural, territorial e temporal do planeta teria um conversor único e comum. Nesse cenário, a pobreza não é um “problema” ou um “acidente”; é, sim, algo previsto, tomado como “fato natural”, que “[...] resulta da convergência de causas que se dão em diversos níveis, existindo como vasos comunicantes e como algo racional [...]” para Santos (2001, p. 72).

O diagnóstico do geógrafo brasileiro baseia-se em dois eixos articulados e dialéticos de relações. Esses eixos, presentes em outros dos seus trabalhos, articulam forças e configuram dinâmicas contraditórias de experiência de espaços e também de tempos. Um desses eixos é vertical e aponta para “espaços de fluxos” presentes nos territórios, que os articulam reticularmente a relações extralocais, de diferentes escalas. A implantação da fábrica de tênis numa cidade como Iguatu, por exemplo, é parte dessas verticalidades, uma vez que faz presente nesse território uma rede de fluxos de caráter nacional e global que exige adaptações locais cambiantes e frequentes. Nesse sentido, as verticalidades são, para Santos, “implacáveis” e produzem fragmentação e alienação. No entanto, elas – as verticalidades – não impedem as horizontalidades, ou seja, as zonas de contiguidade dos territórios e suas relações de vizinhança, de diálogo, de troca e mesmo de interdependência.

As horizontalidades, para Santos (2021, p. 110), “[...] admitem a presença de outras racionalidades (chamadas de irracionalidades pelos que desejariam ver como única a racionalidade hegemônica)”, que, efetivamente, “[...] são contra-racionalidades, isto é, formas de convivência e de regulação criadas a partir do próprio território e que se mantêm nesse território a despeito da vontade de unificação e homogeneização, características da racionalidade hegemônica típica das verticalidades”. Em lugar do relógio único da globalização vertical, as horizontalidades abrigam diferentes marcadores espaço-temporais e

uma diversidade de experiências, muitas vezes solidárias, que se materializam nas vivências cotidianas de pessoas e grupos populacionais. As horizontalidades, nesse sentido, são fundamentais para a configuração e a apreensão dos modos de vida de quem é posto do lado de fora da globalização.

Mesmo elaboradas quase 20 anos antes, as reflexões de Milton Santos são coerentes com diagnósticos como os de Bruno Latour (2020) e os de Isabelle Stengers (2015). Esta última, por sua vez, não hesita em caracterizar o momento em que vivemos como o “tempo das catástrofes”. Ela observa, assim como fazem Appadurai e Alexander (2018), numa outra perspectiva, que a desigualdade (ou o “fracasso”) de pessoas e populações, o dano irreversível aos ecossistemas pelas práticas agroindustriais e a contínua exploração dos recursos naturais não são “consequências indesejáveis” e sim, tal como dizia Santos (2001), parte integral e mesmo planejada desse modelo econômico. Nesse sentido, o entendimento de um “tempo das catástrofes”, ou seja, de um modo econômico e social destrutivo e espoliador, faz implodir os entendimentos usuais que isolam e delimitam os eventos tidos como calamitosos. Por um lado, a catástrofe deixa de ser um termo apenas descritor e se revela como uma categoria interpretativa, passível de ser associada a diferentes situações e eventos, assim como “crise” (BERTOL; MAIA; VALLE; MANNA, 2020; LEAL; CARVALHO; COSTA; JÁCOME, 2021). Por outro, a catástrofe adquire escalas e multidimensionalidades. Se a globalização é uma catástrofe, ela se apresenta como um evento histórico largo, amplo, que adquire diferentes feições e temporalidades conforme é abordada e à medida em que se localiza, ou seja, em que se inscreve em experiências, territórios e cotidianos. Uma catástrofe do porte da globalização (se a entendemos como tal) contém nela mesma outras catástrofes. O desastre climático, por exemplo, pode se materializar em enchentes no Brasil e em secas na China, em eventos de duração, de características e de consequências variáveis.

Com isso, as articulações com os acontecimentos também se ampliam. Na Comunicação, diferentes estudos e perspectivas como as desenvolvidas por Quéré (2005; 2010) por França e Oliveira (2012), por Vogel, Meditsch e Silva (2013), por Marocco, Berger e Henn (2012), por Benetti e Fonseca (2010), entre outros, tanto rejeitam os entendimentos do acontecimento como algo circunscrito e limitado quanto observam suas demandas interpretativas – seu “caráter hermenêutico” – e as temporalidades que o atravessam em conjunto com quem os vive. Os acontecimentos, nessas perspectivas, têm um caráter

processual, se desenrolando no tempo, no qual as/os envolvidas/os são simultaneamente afetadas/os e agentes da sua configuração.

A partir desse breve incurso nas reflexões de Santos (2001), pode-se observar que o acontecimento também se espacializa de modo diverso e múltiplo, uma vez que comporta escalas e articulações reticulares diversas. Sendo localizado, o acontecimento se territorializa em relações de força e de resistência, de proporções e direções distintas e mesmo contraditórias. Conseqüentemente, as reflexões de Santos sobre a globalização e sua atenção às verticalidades e às horizontalidades permitem reposicionar fortemente os entendimentos usuais sobre a catástrofe, especialmente em sua feição mais cotidiana. O uso do termo “catástrofe”, sendo então relacional e interpretativo, passa a comportar inevitavelmente algumas questões importantes. Uma delas é: “qual catástrofe?”; e, conseqüentemente, é necessário também questionarmos: “catástrofe para quem?”. A globalização, nos termos estabelecidos por Santos (2001), Latour (2020) e Stengers (2015), por exemplo, não é uma catástrofe para uma parte privilegiada da população mundial e atua na produção de eventos que podem ser vistos como “catastróficos” e/ou como “oportunidades únicas”.

Um lixão, como o de Iguatu, é igualmente parte de uma dinâmica global, extralocal, de verticalidades diversas e também uma realidade local e cotidiana, vivenciada de modo distinto por quem mora no centro da cidade ou no bairro da Chapadinha. Qual é a catástrofe, nesse caso? Afinal, o monte de resíduos a céu aberto de Iguatu, no interior do Ceará, está conectado verticalmente a visões de mundo, processos de produção e organização da vida que o constituem como “um a mais”, ou seja, “mais um” entre os vários lixões existentes no Brasil e em diferentes países. Nesse sentido, ele não é exatamente um “desastre” e sim uma consequência tornada material por circunstâncias diversas. Numa outra perspectiva, a catástrofe então seria, como diz Stengers (2015), a própria dinâmica global assentada no consumo desenfreado e desigual, que produz obsolescências e fracassos programados, montanhas de lixo que devem ocupar algum lugar, qualquer lugar, independente de línguas, nações, ecossistemas e distâncias. Os acontecimentos – globalização e lixões – de que tratamos aqui, então, não são facilmente demarcáveis em suas dimensões temporais – vem se dando há vários anos e décadas – ou espaciais – ocorrem em vários lugares, geograficamente dispersos.

Se é parte de dinâmicas globais, o Lixão de Iguatu é também um emblema, talvez fragmento, de políticas e ações públicas nacionais, regionais, estaduais e locais que também

podem ser vistas tendo um caráter catastrófico. Na qualidade de “mais um” ou de “um a mais”, o lixão perde seu caráter de evento singular, uma vez que é parte de algo maior, mais amplo, de acontecimentos mais largos e abrangentes. No entanto, há um Lixão no bairro da Chapadinha, a 7 km do centro de Iguatu. Ainda que verticalmente articulado ao ritmo globalizado da produção de pobreza e de resíduos, há um Lixão, ali, naquele lugar. A pergunta “qual catástrofe?” ganha então outros matizes, pois não se trata mais de observar as diferentes escalas verticais e vertiginosas, de tempos e de espaços em um acontecimento “a mais”. Há que se “dar fé” ao Lixão, notar que sendo “um a mais”, ele é singular e articula-se, no cotidiano, a dinâmicas horizontalizadas, a vivências que conjugam outras espacialidades e temporalidades. Sendo parte da cidade e também um outro lugar, o Lixão de Iguatu – que é também o da Chapadinha – acontece continuamente, em meio a vivências e trânsitos, a relações de contiguidade, vizinhança, permanência e provisoriedade. Pergunta-se, então, para quem esse lixão é catástrofe.

Catástrofe para quem?

Em suas reflexões sobre a globalização, Santos estabelece uma distinção importante entre pobreza e miséria. Para o geógrafo brasileiro, a miséria envolve o aniquilamento da pessoa, ou quase isso; já a pobreza indica carência, mas também vida ativa. Assim, “miseráveis são os que se confessam derrotados. Mas os pobres não se entregam. Eles descobrem cada dia formas inéditas de trabalho e de luta. Assim, eles enfrentam e buscam remédio para suas dificuldades” (SANTOS, 2001, p. 132). Para Santos (2001, p. 134), no cotidiano, verticalidades e horizontalidades tensionam-se continuamente e inscrevem nas sociabilidades urbanas, nas vidas das cidades, fazendo conviver ideologias e políticas dos “donos do tempo” e também as “políticas dos pobres”, estas caracterizadas, segundo ele, por “[...] flexibilidade e adaptabilidade [que] lhe asseguram um autêntico pragmatismo existencial e constituem a sua riqueza e fonte principal de veracidade”.

Nesse sentido, o Lixão da Chapadinha, novamente, será e não será uma catástrofe. Para ambientalistas e movimentos sociais e talvez para os representantes dos “donos do tempo” em Iguatu, o Lixão pode ser visto, sim, como uma “catástrofe cotidiana” – possivelmente por razões muito distintas. Para quem dele depende, no entanto, ele é a condição de sobrevivência, de resistência à miséria, no sentido que lhe dá Santos. O Lixão de Iguatu foi tomado como forma de subsistência por pessoas pobres e ainda ativas, que o

transformam em experiências e em acontecimentos – de diferentes escalas e em diferentes circunstâncias – diversos, nem sempre passíveis de serem apropriados em termos de “catástrofe”. Afinal, é o Lixão que permite com que as integrantes da Associação de Catadoras de Materiais Recicláveis de Iguatu – AsCMaRI lutem por direitos e melhores condições de vida.

Sendo uma realidade no dia a dia da cidade e de seus moradores, o Lixão não se deixa conformar como um acontecimento delimitado e pontual. Afinal, ele existe já há algum tempo e perdura na paisagem e na vida das pessoas. Se é “catástrofe” ou não, além disso, depende dos modos de quem o vê e o vivencia. O Lixão de Iguatu, por mais que seja único, está articulado a uma experiência nacional de gestão do lixo, de configuração econômica, de relação com a natureza e com o ambiente; é também parte de uma dinâmica global, especialmente na sua feição mais consumista e nas tensões geopolíticas de distribuição de riquezas e de pobreza. Nada disso importa diretamente, porém, para as pessoas que precisam do Lixão da Chapadinha para conseguir comida e condições mínimas de sobrevivência.

Enquanto olhares estrangeiros tendem a dimensionar a catástrofe na precarização das vidas das catadoras, no ato de trabalhar sem equipamentos de proteção, na impossibilidade de isolamento social durante a pandemia de Covid-19 e na perpetuação de gerações neste ofício, as mulheres e crianças da Chapadinha fazem ver que o problema é não trabalhar, é a miséria. A catástrofe passa a ser então a desumanização da condição social e econômica que a elas é imposta.

O Lixão pode ser visto então como um acontecimento movediço, entre catástrofes e para além delas, ao se fazer como um produto da racionalidade dominante que destoa das vias célebres e iluminadas das ruas do centro de Iguatu e que encontra paralelos em outras cidades e países. Afinal, como disse Milton Santos (2001, p. 120), os espaços divergentes são potências para redescobrir a razão que nos fora usurpada nos esforços de regulação dos modos de pensar e de viver. Desse modo, a Chapadinha se constitui em signos da desconformidade entre as ações dos “donos do tempo” e as “políticas dos pobres”, materializando-se em acontecimentos múltiplos incontroláveis, inclusive no sensível, no afetivo, nas relações comunicativas que insurgem nos confrontos.

A pluralidade das catástrofes e das “não catástrofes” que se articulam no Lixão, ao se cruzarem em diálogos, permite pensá-lo como uma zona de fricção, de movimento e de instabilidade e observar que ele abriga diferentes perspectivas de futuro. Ao mesmo tempo

que está (ou deveria estar) em extinção, por força da lei, o Lixão é tanto signo do atraso e da ausência de horizontes quanto um ponto de observação da cidade e um solo no qual se busca manter o desejo do amanhã. Se, como defende Stengers (2015, p. 168), “a luta política deveria passar por todos os lugares onde se fabrica um futuro que ninguém ousa realmente imaginar”, o Lixão é tanto uma catástrofe cotidiana quanto uma resposta imaginativa e pragmática diária ao desastre globalizado. Do alto da Chapadinha, dançando com os urubus, as catadoras nos convidam a imaginar outros mundos em que elas caibam com dignidade, como que atendendo as provocações de Stengers para

nos desintoxicarmos dessas narrativas que nos fizeram esquecer que a Terra não era nossa, não estava a serviço de nossa história, narrativas que estão em toda parte, na cabeça de todos aqueles que, de uma maneira ou de outra, sentem-se ‘responsáveis’, detentores de uma bússola, representantes de um rumo a ser mantido. (STENGERS, 2015, p. 196).

Retirar o Lixão do lugar naturalizado e em escanteio na lógica urbana para dispô-lo em centralidade, interrogando-o sob os signos das catástrofes que ali se enovelam em razão da intervenção humana é um gesto para honrar Gaia, tal como a define Stengers. É preciso, pois, abandonarmos as práticas de resignação diante do futuro como uma catástrofe única, velada em discursos de arrependimento, como orienta Stengers (2015). Para a filósofa belga, é fundamental fazer manifestar as catástrofes que afloram no presente, de modo a permitir que pessoas e povos reconstruam mundos sob ritmos outros. Nesse sentido, é preciso então localizar as catástrofes, dimensionando e respeitando suas espacialidades, suas temporalidades e as agências envolvidas. Cabe então recusar o Lixão da Chapadinha como “mais um” ou “um qualquer”, pois é ele que propicia um solo no qual uma pequena população pobre, mas não miserável, busca caminho e perspectiva. O Lixão da Chapadinha, nesse sentido, abriga vários acontecimentos e pode ser visto como catástrofe sob mais de um olhar. Mas nenhum deles supera a força e a urgência dos acontecimentos cotidianos localizados nas vidas de quem ali vive.

Referências

ABES. **Brasil tem quase 3 mil lixões ou aterros irregulares**, 30 maio 2017. Disponível em: <abes-mg.org.br/visualizacao-de-clipping/ler/8637/brasil-tem-quase-3-mil-lixoes-ou-aterros-irregulares>. Acesso em: 4 jul. 2022.

ABETRE. **Atlas Brasil**, 23 set. 2021. Disponível em: <<https://atlas.abetre.org.br/public/atlas>>. Acesso em: 16 mar. 2023.

ABRELPE. **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil**, 7 dez. 2020. Disponível em: <abrelpe.org.br/panorama>. Acesso em: 4 jul. 2022.

APPADURAI, A.; ALEXANDER, N. **Failure**. Cambridge: Polity Press, 2020.

BARBOSA, H. Lixão gera poluição e compromete a saúde pública em Iguatu. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 18 nov. 2020.

BENETTI, M.; FONSECA, V. (org.). **Jornalismo e Acontecimento**: mapeamentos críticos. Florianópolis: Insular, 2010.

BERGER, C.; HENN, R.; MAROCCO, B. (org.). **Jornalismo e acontecimento**: Diante da morte. Florianópolis: Insular, 2012.

DOLE, C.; HAYASHI, R.; POE, A.; SARAT, A. **The Time of Catastrophe**: Multidisciplinary Approaches to the Age of Catastrophe. London: Routledge, 2015.

DUPUY, J. **O tempo das catástrofes**: quando o impossível é uma certeza. São Paulo: Realizações, 2011.

HORN, E. **The future as catastrophe**: Imagining disaster in the modern age. Nova York: Columbia University Press, 2018.

EBERT, J. **The age of catastrophe**: Disaster and Humanity in Modern Times. Jefferson/North Caroline: McFerland & Company Publishers, 2012.

FRANÇA, V.; OLIVEIRA, L. (org.). **Acontecimento**: reverberações. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

GUMPERT, M. **The end of meaning**: studies in catastrophe. Londres: Cambridge Schollars Publishing, 2012.

IBGE. **Panorama das cidades brasileiras**: Iguatu. Disponível em: <cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/iguatu/panorama>. Acesso em: 4 jul. 2022.

LATOUR, B. **Onde aterrar?** Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

LAGE, I.; MANNA, N. Uma “catástrofe do tempo”: narrativa e historicidade pelas Vozes de Tchernóbil. **Revista Galáxia**, São Paulo, Edição Especial 1 – Comunicação e Historicidades, p. 34-46, 2019.

LEAL, B. S.; CARVALHO, C. A.; JACOME, P.; COSTA, V. S. Crise e catástrofe como categorias interpretativas das experiências humanas do tempo. **Revista Contracampo**, v. 40, n. 1, 2021.

LEAL, B. S.; GOMES, I. Catástrofe como figura de historicidade: um gesto conceitual, metodológico e político de instabilização do tempo. In: MAIA, J.; BERTOL, R.; VALLE, F.; MANNA, N. (org.). **Catástrofes e crises do tempo**: historicidades dos processos comunicacionais. Belo Horizonte: Selo PPGCOM-UFMG, 2020, p. 20-35.

LEAL, B. S.; BORGES, F.; TOGNOLO, D. O futuro é para poucos: o destino da humanidade em séries de TV. **Contemporânea**, v. 17, p. 144-164, 2019.

LE BRUN, A. **O sentimento de catástrofe**: Entre o real e o imaginário. São Paulo: Iluminuras, 2016.

MAIA, J; BERTOL, R; VALLE, F; MANNA, N. (org.). **Catástrofes e crises do tempo**: historicidades dos processos comunicacionais. Belo Horizonte: Selo PPGCOM-UFMG, 2020.

MBEMBE, Achille. **Políticas da inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

QUÉRÉ, L. Entre o facto e sentido: a dualidade do acontecimento. **Trajectos, Revista de Comunicação, Cultura e Educação**, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Departamento de Sociologia. Seção de Comunicação, Cultura e Educação, n. 6, 2005, p. 59-75.

QUÉRÉ, L. O carácter impessoal da experiência. In: LEAL, B.; MENDONÇA, C.; GUIMARÃES, C. (org.). **Entre o sensível e o comunicacional**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 19-38.

ROUSSO, H. **A última catástrofe**: A história, o presente, o contemporâneo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SELIGMANN-SILVA, M.; NESTROVSKI, A. (org.). **Catástrofe e representação**. São Paulo: Escuta, 2000.

SONTAG, S. **Ante el dolor de los demás**. Ciudad del México: Anteguara, 2003.

STENGERS, I. **No tempo das catástrofes**: resistir à barbárie que se aproxima. São Paulo: Cosac Naïf, 2015.

VIVEIROS DE CASTRO, E.; DANOWSKI, D. **Há mundo por vir?:** ensaios sobre os medos e os fins. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2014.

VOGEL, D.; SILVA, G.; MEDITSCH, E. (org.). **Jornalismo e acontecimento.** Florianópolis: Insular, 2012.

Bruno Souza Leal

Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCOM-UFMG) na linha Textualidades Midiáticas e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Integrante do Núcleo de Estudos Tramas Comunicacionais: Narrativa e Experiência. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil
E-mail: brunosleal@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6937-6976>

Daniel Macêdo

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCOM-UFMG), bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e integrante do Núcleo de Estudos Tramas Comunicacionais: Narrativa e Experiência. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil
E-mail: daniel.3macedo@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1415-7792>

INFORMAÇÕES SOBRE O ARTIGO**Resultado de projeto de pesquisa, de dissertação, tese:**

Não se aplica.

Fontes de financiamento:

Artigo apoiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), processos 409910/2022-8 e 311860/2021-4 e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), processo APQ-01956-21.

Considerações éticas:

Não se aplica.

Declaração de conflito de interesses:

Não se aplica.

Apresentação anterior:

Não se aplica.

INFORMAÇÕES PARA TEXTOS EM COAUTORIA**Concepção e desenho do estudo:**

Bruno Souza Leal, Daniel Macêdo.

Aquisição, análise ou interpretação dos dados:

Bruno Souza Leal, Daniel Macêdo.

Redação do manuscrito:

Bruno Souza Leal, Daniel Macêdo.

Revisão crítica do conteúdo intelectual:

Bruno Souza Leal, Daniel Macêdo.